

DONALD BURNESSE
*OSSOBÓ. ENSAIOS SOBRE A LITERATURA DE
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE*

Lagos: Câmara Municipal de Lagos 2007, pp. 147

Gerhard Seibert

Pág 277 a 282

Este livro é a tradução do original inglês *Ossobó. Essays on the Literature of São Tomé and Príncipe* publicado em 2005 nos EUA. Trata-se do primeiro livro de uma nova série dos Cadernos da Lusofonia, publicada pelo Município de Lagos. Donald Burness identifica três temas que considera representativos para a literatura de São Tomé e Príncipe: os Angolares, um grupo distinto na ilha de São Tomé; o Massacre de Fevereiro de 1953 e o “mítico” pássaro ossobó. Os três temas correspondem largamente aos géneros literários drama, romance histórico e poesia que são abordados nos três capítulos do livro. A segunda parte do livro contém um apêndice com 23 poemas de dez autores, dos quais apenas três são poetas são-tomenses contemporâneos. A inclusão do drama e romance é notável, visto que os dois géneros são quase inexistentes em São Tomé e Príncipe. A produção literária neste pequeno e pobre país, onde não há jornais diários nem livrarias e muito menos uma editora, tem sido, de facto, dominada por poesia.

O que ressalta nesta obra são sobretudo afirmações e ideias de Burness, sobre a história e cultura do arquipélago que são duvidosas e erradas. O primeiro capítulo aborda a poesia e o teatro do cooperativista e escritor Fernando Macedo (1927-2006) sobre os Angolares. Pelos vistos é muito influenciado pela conversa do autor com Macedo, cuja obra literária se baseia, essencialmente, num mito colonial sobre a origem dos Angolares. Segundo este mito, os Angolares são descendentes de sobreviventes de um navio de escravos que naufragou perto das rochas de Sete Pedras junto à costa oriental da ilha, nos meados do século XVI. Contudo, surpreendentemente Burness confunde a imaginação literária de Macedo

com factos históricos. Conta a história do naufrágio sem reconhecer que se trata de um mito criado no século XIX por autores portugueses na base de uma tradição oral que apareceu no início do século XVIII. Não existe nenhum suporte documental da lenda dos naufragos. Nos meados do século XX, o poeta e geógrafo luso-são-tomense Francisco Tenreiro (1921-1963) contribuiu para a divulgação do mito do naufrágio com o seu livro *A Ilha de São Tomé* (1961), uma monografia bastante condicionada pelos conceitos lusotropicalistas da época. Burness repete que o navio de escravos tinha naufragado perto das Sete Pedras. De facto, este detalhe do mito apareceu primeiro num livro publicado em 1844. Autores coloniais seguintes do século XIX inventaram mais pormenores do mito que se tornaria muito conhecido, quer em São Tomé quer em Portugal.

Burness também segue a imaginação de Macedo quando escreve que, historicamente, Amador, o líder da grande revolta de escravos em São Tomé em 1595, que se auto-proclamou “Rei de São Tomé”, tinha sido o chefe dos Angolares. Contudo, isso é um outro mito inventado por Tenreiro na sua monografia, onde também afirmou que no século XVI não havia escravidão em São Tomé, mas antes uma forma de servidão. Consequentemente, Tenreiro negou a ocorrência da fuga e da revolta de escravos, reduzindo Amador de Rei de São Tomé a rei dos Angolares. Macedo utilizou as tradições inventadas por Tenreiro para o seu drama e a poesia e, surpreendentemente, Burness representa-as como factos históricos. Isso apesar do facto que desde 1970 vários investigadores, incluindo linguistas, antropólogos, historiadores e geneticistas demonstrarem que os Angolares são descendentes de escravos fugidos dos séculos XVI e XVII.¹ De facto, eles constituíram a primeira comunidade de *cimarrones* na história da escravidão moderna. Amador não era o chefe dos Angolares, mas sim, o líder da revolta dos escravos. Lamentavelmente Burness nega tudo isso repetindo um antigo mito colonial. Ele até afirma que Macedo tinha sido Angolar. A verdade é que Macedo, um português branco nascido em Lisboa, sempre disse ser neto de uma irmã do último chefe dos Angolares, Simão Andreza. Não há dúvidas que Macedo se sentia ligado aos Angola-

¹ Para um resumo ver Gerhard Seibert, Os angolares da ilha de São Tomé: Naufragos, Autóctones ou Quilombolas? Textos de História. Revista da Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. Vol. 12, N.º 1/2, 2004, págs. 43-64.

res que se tornaram o foco da sua actividade literária desenvolvida desde 1989 quando, aos 62 anos, publicou os seus primeiros poemas sobre os Angolares. Visitou São Tomé regularmente a partir dessa altura, mas nunca viveu lá permanentemente. Consequentemente, seria mais adequado considerar Fernando Macedo um autor da temática são-tomense, em vez de um autêntico autor são-tomense, como Burness tenta fazer crer.

O segundo capítulo de Burness é intitulado *Respostas Literárias ao Massacre de 1953*. Em Fevereiro daquele ano, à ordem do governador Carlos Gorgulho (1945-1953), o Corpo da Polícia Indígena (PCI), constituído por angolanos, apoiado por colonos brancos e contratados africanos, desencadeou uma onda de excessiva violência contra a população crioula nativa de São Tomé, que tinha feito uma revolta espontânea contra os planos de Gorgulho ao obrigá-la a trabalhar nas plantações. Os nativos, descendentes de escravos alforriados (daí o nome “forros”), sempre recusaram o trabalho manual nas plantações, pois o consideraram trabalho escravo. Na sua introdução aos eventos sangrentos, Burness afirma que os primeiros contratados (serviçais) tinham chegado depois da abolição do tráfico de escravos em 1836 (p. 54). Contudo, os serviçais vieram apenas após 1875, o ano da abolição da escravatura no arquipélago.

Na sua descrição do massacre, Burness escreve, erradamente, que o subtenente Fernando Ferreira tinha a alcunha de Zé Mulato (p.58). De facto, o verdadeiro nome de Zé Mulato, o mal-afamado carrasco de Gorgulho, era José Joaquim, um trabalhador agrícola condenado por homicídio. Burness diz correctamente que mais africanos foram mortos neste massacre em São Tomé do que em Sharpeville (África do Sul), em 1960, mas os números que menciona não são creíveis. Burness afirma duas vezes que 1 000 são-tomenses tinham sido mortos durante o massacre e uma vez até cita o número de 1 032 mortos, que apareceu pela primeira vez numa brochura da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP) em 1968. Contudo, perante as circunstâncias dos sangrentos acontecimentos, tais números são muito pouco prováveis. Burness simplesmente repete a antiga propaganda nacionalista e anti-colonialista dos anos 60. O massacre foi uma das acções mais violen-

tes contra civis do colonialismo moderno português, porém, o número de pessoas inocentes e indefesas massacradas era mais provavelmente nas centenas. Numa situação de matanças arbitrárias é impossível indicar números exactos. Por isso, fosse qual fosse o verdadeiro número das vítimas mortais em 1953, como eu sempre argumentei, o número 1 032 devia ser interpretado antes como um símbolo em vez de um dado exacto, pois os últimos dois dígitos indicam o dia e o mês em 1953 quando começou a onda de violência (3 de Fevereiro).²

O segundo capítulo baseia-se sobretudo no romance histórico *Crónica de Uma Guerra Inventada* (1999), de Sum Marky (1921-2003) e no estudo histórico *História do Massacre de 1953 em São Tomé e Príncipe: Em Busca da Nossa Verdadeira História* (2002), de José Deus Lima, um professor de história são-tomense. Esta segunda fonte não é uma resposta literária, como anunciado no título do capítulo, mas história baseada na pesquisa deste professor. De novo, Burness confunde ficção com factos históricos quando escreve que Gorgulho foi chamado a Portugal depois de um repórter do *New York Times* ter aparecido em São Tomé. (p. 75) De facto, este repórter imaginário existe apenas no romance de Sum Marky. O mesmo aplica-se à afirmação de Burness que “médicos com injeções mataram um número desconhecido de prisioneiros, que tinham sido levados para o hospital.” (p. 72) Isso também é ficção do romance de Sum Marky. Nada disso encontra-se nos documentos históricos do massacre. Burness chama Sum Marky um “escritor branco são-tomense”. (p. 64) Sum Marky, Senhor Marques no crioulo são-tomense, é um dos três pseudónimos literários de José Ferreira Marques, filho de pais portugueses nascido em São Tomé. Aos 22 anos, em 1943, foi a Lisboa. Em 1948 voltou à ilha e em 1956 regressou, definitivamente, a Portugal onde passou o resto da sua vida, efectuando apenas três breves visitas a São Tomé, entre 1988 e 2002. Em Fevereiro de 2007 as cinzas do falecido foram transferidas do cemitério de Alto de São João, em Lisboa, para o cemitério da cidade de São Tomé. De 1956 a 2001 Sum Marky, além de vários outros livros, publicou em Portugal oito romances ocorridos em São Tomé, dos quais três

² Ver também G.Seibert, São Tomé: o massacre de Fevereiro de 1953, *História* (Lisboa), nº 19, Abril de 1996, págs. 14-27 e *ibid.*, Camaradas, Clientes e Compadres. Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe, Lisboa: Vega 2001, pp. 76-102.

estão relacionados com o massacre. A sua *Crónica de uma Guerra Inventada* é o único livro para o qual encontrou uma editora – todos os outros livros são edições de autor. Não há dúvidas que Marques dedicou parte da sua produção literária para denunciar injustiça e violência coloniais em São Tomé. Contudo, isso não o tornou, necessariamente, um escritor são-tomense. Como Macedo, deve ser considerado mais um escritor português da temática são-tomense. Apesar das suas ligações com o arquipélago, Fernando Macedo e Sum Marky não são o Mia Couto e o José Eduardo Agualusa de São Tomé e Príncipe, como Burness quer fazer acreditar.

O terceiro capítulo é dedicado ao “pássaro literário” ossobó. Embora breve, este capítulo é o mais autêntico, tanto em termos da autoria local, como do género, pois a poesia é de longe o mais dominante no arquipélago. Quando Burness foi à São Tomé, depois de ter consultado *A Field Guide to the Birds of West Africa* (1992 [1977]), realizou-se que o que tinha considerado um pássaro mítico é apenas o cuco esmeraldino (*chrysosocrya cupreus*), um pássaro parasita preferindo os ninhos das toutinegras e dos tecelões, e que se encontra do Senegal ao Gabão. Burness descobre que o nome crioulo do pássaro vem do verbo *assobiar* e não do francês *oiseau beau* (pássaro bonito), como afirmou o escritor são-tomense Carlos Espírito Santo (1952-). Em seguida, discute vários poemas sobre o ossobó de Francisco Stockler (1834-81), Herculano Levy (1921-63), Marcelo da Veiga (1892-1976) e Francisco Tenreiro. Sobre Tenreiro, filho de pai português e de mãe africana, nascido em 1921 em São Tomé, Burness afirma que “passou a maior parte da sua vida em Portugal, mas voltou frequentemente a São Tomé”. Isso, contudo, é enganoso e exagerado. De facto, Tenreiro foi levado a Lisboa aos dois anos de idade. Ele só voltou a São Tomé em 1956 para uma estadia de três meses de trabalho de campo para a sua tese de doutoramento. Quando faleceu em 1963, aos 42 anos, vítima de uma hemorragia cerebral, tinha passado, tudo junto, apenas cerca de um ano da sua vida adulta em São Tomé. Igualmente Burness exagera bastante quando afirma que “hoje existem cerca de 2 000 nigerianos a viver e trabalhar em São Tomé” (p. 96). Contudo, oficialmente há apenas cerca de 100 nigerianos residentes no arquipélago. Burness também idealiza a situação afirmando que “os são-tomenses, com uma tradição de receber

bem os imigrantes, reconhecem que os nigerianos entre eles constituem uma presença única.” Mais perto da realidade, muitos são-tomenses desconfiam o empreendedorismo e a concorrência dos negociantes nigerianos residentes no arquipélago e receiam uma dominação por um número crescente de imigrantes do país vizinho gigante e populoso, que desde 2001 se tornou um parceiro importante no sector petrolífero emergente de São Tomé e Príncipe.

O livro contém outras incorrecções. O poeta Caetano da Costa Alegre (1864-1890) não era “mulato”, como Burness afirma (p. 23), mas um negro. De certeza, o sócópé também não é “a dança mais celebrada e popular de São Tomé e Príncipe” (p.48), mas é uma dança mais antiga que primeiro apareceu por volta de 1900 e actualmente é apresentada apenas por quatro grupos culturais, muito menos do que os 19 grupos do sócópé existentes nos anos 60. Contudo, este número é comparável com os 20 grupos existentes do bulauê, de longe a dança mais popular da actualidade em São Tomé. Além disso, Burness escreve erradamente que “em meados de 1519, São Tomé recebeu a maioria dos seus escravos de Elmina.” (p.52) De facto, naquela altura São Tomé reexportou escravos para Elmina, um mercado regional importante para a importação de escravos. Apenas no século XVII, devido ao declínio do comércio de ouro local, Elmina foi transformada num mercado de exportação de escravos.

Mais notável do que os vários erros factuais do livro é que Burness destaca a obra de dois autores portugueses de temática são-tomense em detrimento da produção literária de autores são-tomenses contemporâneos, dos quais alguns são apenas mencionados de nome na introdução do livro. Por esta razão, o livro de Burness trata muito mais da literatura sobre este arquipélago e não da literatura de São Tomé e Príncipe, como o título pretende.